



Número: **0094966-88.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   | Procurador/Terceiro vinculado              |
|--|--|
| ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA (AUTOR)                   | GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)     |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, (RÉU) | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) |
| PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)           |  |

| Documentos |                    |  |                            |
|------------|--------------------|--|----------------------------|
| Id.        | Data da Assinatura | Documento  | Tipo                       |
| 38613009   | 03/12/2018 10:38   | <a href="#">Petição Inicial</a>                                | Petição Inicial            |
| 38613090   | 03/12/2018 10:38   | <a href="#">DADOS PESSOAIS</a>                                 | Documento de Identificação |
| 38613115   | 03/12/2018 10:38   | <a href="#">BO</a>   | Outros (Documento)         |
| 38613152   | 03/12/2018 10:38   | <a href="#">DOC MÉDICO</a>                                     | Outros (Documento)         |
| 38613179   | 03/12/2018 10:38   | <a href="#">SINISTRO</a>                                       | Outros (Documento)         |
| 38847216   | 06/12/2018 19:15   | <a href="#">Despacho</a>                                       | Despacho                   |
| 39483856   | 21/12/2018 05:09   | <a href="#">Intimação</a>                                      | Intimação                  |
| 39483857   | 21/12/2018 05:09   | <a href="#">Citação</a>  | Citação                    |
| 40295036   | 23/01/2019 10:47   | <a href="#">Certidão</a>                                       | Certidão                   |
| 40295045   | 23/01/2019 10:47   | <a href="#">94966-88.2018 SEGURADORA LIDER 22B</a>             | Aviso de recebimento (AR)  |
| 41077182   | 11/02/2019 17:00   | <a href="#">Petição</a>  | Petição                    |
| 41077215   | 11/02/2019 17:00   | <a href="#">2558297_CONTESTACAO_01.PDF</a>                     | Petição em PDF             |
| 42014676   | 01/03/2019 11:27   | <a href="#">Petição</a>  | Petição                    |
| 42014739   | 01/03/2019 11:27   | <a href="#">ANEXO 2</a>  | Outros (Documento)         |
| 42014743   | 01/03/2019 11:27   | <a href="#">ANEXO 1</a>  | Outros (Documento)         |
| 42014755   | 01/03/2019 11:27   | <a href="#">2558297_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01</a> | Petição em PDF             |
| 42542177   | 18/03/2019 15:10   | <a href="#">Certidão</a>                                       | Certidão                   |
| 42542468   | 18/03/2019 15:12   | <a href="#">Certidão</a>                                       | Certidão                   |

|              |                  |   |                           |
|--------------|------------------|---|---------------------------|
| 42978<br>427 | 04/04/2019 18:12 | <a href="#">Despacho</a>  | Despacho                  |
| 43749<br>130 | 11/04/2019 17:31 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 43760<br>716 | 12/04/2019 01:30 | <a href="#">Petição em PDF</a>  | Petição em PDF            |
| 43881<br>431 | 15/04/2019 16:47 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 43881<br>433 | 15/04/2019 16:47 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 45899<br>690 | 29/05/2019 14:25 | <a href="#">Certidão</a>  | Certidão                  |
| 45899<br>691 | 29/05/2019 14:25 | <a href="#">INTIMAÇÃO - ELAINE CONCEIÇÃO 22B</a>                              | Aviso de recebimento (AR) |
| 46625<br>719 | 12/06/2019 22:22 | <a href="#">Laudo</a>   | Petição em PDF            |
| 46625<br>720 | 12/06/2019 22:22 | <a href="#">LAUDO 0094966-88.2018.8.17.2001</a>                               | Petição em PDF            |
| 46716<br>665 | 14/06/2019 16:09 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 47368<br>378 | 04/07/2019 11:21 | <a href="#">Petição</a>   | Petição                   |
| 47368<br>379 | 04/07/2019 11:21 | <a href="#">2558297_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01.PDF</a>               | Petição em PDF            |
| 48909<br>033 | 07/08/2019 12:48 | <a href="#">Decurso do Prazo Autor</a>  | Certidão                  |
| 48921<br>170 | 09/08/2019 16:03 | <a href="#">Despacho</a>  | Despacho                  |
| 49159<br>946 | 13/08/2019 05:34 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 51827<br>226 | 03/10/2019 14:01 | <a href="#">Certidão</a>  | Certidão                  |
| 51935<br>288 | 07/10/2019 00:10 | <a href="#">Esclarecimentos</a>   | Petição em PDF            |
| 51935<br>289 | 07/10/2019 00:10 | <a href="#">Esclarecimento ao laudo 0094966-88.2018.8.17.2001 ELIANE 22ªB</a> | Petição em PDF            |
| 52325<br>411 | 14/10/2019 13:40 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 53283<br>774 | 01/11/2019 10:31 | <a href="#">Petição</a>   | Petição                   |
| 53283<br>775 | 01/11/2019 10:31 | <a href="#">2558297_ELABORAR MANIFESTACAO SOBRE DOCS_01</a>                   | Petição em PDF            |
| 53840<br>063 | 12/11/2019 12:20 | <a href="#">Certidão</a>  | Certidão                  |
| 57878<br>056 | 13/02/2020 10:51 | <a href="#">Sentença</a>  | Sentença                  |
| 57925<br>554 | 13/02/2020 14:31 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 57925<br>563 | 17/02/2020 14:11 | <a href="#">Alvará</a>  | Alvará                    |
| 58086<br>114 | 17/02/2020 14:59 | <a href="#">Intimação</a>   | Intimação                 |
| 58092<br>883 | 17/02/2020 15:42 | <a href="#">Impressão de alvará</a>   | Petição em PDF            |

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da  
Comarca de Recife – Estado de Pernambuco.

**ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA**, brasileira, casada, assistente administrativa, portadora da cédula de identidade nº 6.653.904 SDS/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 045.661.354-46, residente na Rua Monte Rei, 46 A, Morro da Conceição, Casa Amarela, Recife – PE, CEP 50.000-000, vem, através de seus bastantes procuradores e advogados infra-assinados, constantes da procuração anexa, com endereço profissional na Rua Francisco Alves, 105, sala 104, Ilha do Leite, Recife – PE, onde recebem as intimações legais, fones: 3423-6256/3221-7599, e-mail: [gymed@hotmail.com](mailto:gymed@hotmail.com), à presença de Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA REFERENTE À  
INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede a Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, bairro Centro, município do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, diante os motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**I – GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

PRIMEIRAMENTE, esclarecemos que a parte autora não tem condições de arcar com os custos do processo, sem que reste comprometido seu sustento e de sua família, como faz prova declaração acostada aos autos, pelo que de logo requer a concessão do benefício da gratuidade, nos termos da Lei 1.060/50.

**II – DOS FATOS**



A AUTORA foi vítima de acidente de trânsito em 31/10/2017, conforme boletim de ocorrência anexo de nº 17E0328000780, quando estava pilotando uma motocicleta e outra motocicleta surgiu na sua frente fazendo com que ela abalroasse.

A AUTORA foi socorrida para o Hospital Português. Teve, além de vários traumas, fratura da clavícula.

O acidente comprometeu suas atividades diárias – remuneradas e não remuneradas - uma vez que, por conta do acidente, a AUTORA não consegue mais levar uma vida normal. Sente muitas dores, não consegue mais carregar peso, nem fazer exercícios, etc. Devido ao acidente, a AUTORA tem dificuldades para realizar tarefas básicas.

Assim, o acidente causou à AUTORA incapacidade para ocupações habituais de caráter permanente. Todavia, a AUTORA deu entrada no seguro obrigatório DPVAT, não recebendo qualquer valor a título de indenização, pois teve esta negada.

### III – DO DIREITO

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o *Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre* – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de tornar mais efetiva ao fim que se destinava.

O seguro obrigatório, como é comumente conhecido, é um seguro especial de acidentes pessoais, decorrente de uma causa súbita e involuntária, destinado às pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas por veículos em circulação.

Na lição de Sérgio Cavalieri Filho, pode-se dizer que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um *seguro social* em que o segurado é indeterminado, o se tornando conhecido quando da ocorrência do sinistro, ou seja, quando assumir a condição de vítima de um acidente automobilístico. Segundo o autor, o proprietário do automóvel, ao contrário do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o *segurado*, e sim o *estipulante em favor de terceiro*.

Sob esta interpretação, pode-se dizer, ainda conforme o precitado autor, que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco em RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL, RT, p. 205.



E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: "É caracterizado como uma interferência do poder público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *ad exemplum*, a condução de veículos automotores".

A cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, inclusive os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

Conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 6.194/1974, de 19/12/1974: "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado".

O artigo 3º daquele diploma legal, foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que passou a estipular os seguintes valores a serem cobertos pelo seguro. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada.

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II – ATÉ R\$ 13.500,00 (mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III – ATÉ R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Resta claro e provado que não foi pago a parte autora o valor a que teria direito, e, assim sendo, impõe-se a condenação da RÉ ao pagamento integral do valor do seguro, conforme estabelecido no art. 3º e seus incisos da Lei 6.194/1974:

APELAÇÕES CÍVEIS - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA DEVIDA - PAGAMENTO REALIZADO A MENOR NA ESFERA ADMINISTRATIVA - PRESCRIÇÃO INEXISTENTE - RECÁLCULO DO VALOR DEVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSOS CONHECIDOS COM PARCIAL PROVIMENTO DO PRIMEIRO E NÃO PROVIMENTO DO SEGUNDO. - Em obediência à hierarquia das normas e ao princípio da legalidade, não possui o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) ou a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) competência para fixar e/ou limitar o valor da indenização para o seguro DPVAT. - Em obediência ao princípio do 'tempus regit actum', a concessão da indenização do seguro DPVAT está atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência vigente no momento do acidente automobilístico. - A ausência à época de parâmetros para quantificar valores, não autoriza a fixação da indenização em seu teto máximo, pois a palavra "até", constante do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74, em sua redação primitiva, impõe ao juiz o dever de julgar com razoabilidade e equidade, adaptando a regra existente, mesmo que lacunosa, à situação concreta, observando-se os critérios de justiça, sob pena de se ferir os preceitos insculpidos no art. 4º, da LINDB, e art. 126, do CPC. Súmula nº 474, do STJ. - O prazo prescricional para cobrança do seguro obrigatório encontra-se regulado pelo inciso IX, do parágrafo terceiro, do artigo 206, do Código Civil de 2002, tratando-se de seguro de responsabilidade civil (objetiva) obrigatório. Súmula 405, do Superior Tribunal de Justiça.



Prescrição trienal não reconhecida, pois o lapso temporal que medeia a data do recebimento parcial da verba indenizatória e a data do ajuizamento da ação é inferior a 03 (três) anos. - Recebida administrativamente a indenização a menor, o valor da diferença deve ter por base o salário mínimo vigente à época do pagamento realizado a menor, eis que fora o salário utilizado para se calcular o pagamento efetivado, no s termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, e, a partir desta data, acrescido de correção monetária pelo índice da CGJ/MG, além de juros de mora, contados a partir da citação. - Sucumbência recíproca. Custas e honorários proporcionais. (TJ-MG - AC: 10687090726823001 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 23/04/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/04/2013)

Ademais, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em Lei.

A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

É de se destacar, por imperioso, o recibo de quitação é sempre lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como notadamente presente, como já decidiu inclusive a n. 10ª câmara do E. 1º TACSP nos autos a apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:

“Seguro obrigatório – responsabilidade civil – acidente de trânsito– fixação do valor imposto por lei não podendo ser objeto de transação entre as partes – proteção do segurado que é a parte mais fraca no contrato – invalidade da quitação por valor menor que o da indenização por força de tal princípio – determinação da sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação – cobrança procedente improvido.

#### ACORDÃO

Seguro obrigatório por acidente automobilístico – Valor fixado é imposto por lei e não ode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – correto a determinação contida na indenização que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. Apelação desprovida”.

## IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se à Vossa Excelência:

### 1.- OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.



2.- O JULGAMENTO PROCEDENTE DA PRESENTE AÇÃO COM A CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ COM BASE NA INDENIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI N° 6.194/74 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS A ESPÉCIE, NO VALOR DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

3.- A CONDENAÇÃO DA RÉ NAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, BEM COMO NO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SEREM FIXADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

4.- A CITAÇÃO DA RÉ PARA, QUERENDO, OFERECER CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.

5.- A AUTORA NÃO DESEJA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e em especial pelo depoimento pessoal da RÉ, perícia, oitiva de testemunhas e tudo mais que se fizer necessário para o julgamento desta ação.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00

Recife (PE), 29 de novembro de 2018.

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS

Advogada

OAB/PE 17.8128



**PROCURAÇÃO**

**PARTE OUTORGANTE:**

Nome: ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAUASSOS  
brasileiro (a), estado civil: CASADA, profissão: ASSI. ADMINISTRATIVA  
RG nº 6653804 SDS/PE, CPF/MF nº 045.663.354-46, com  
endereço residencial na RUA MONTE REI, Nº 00046 - CASA 1A  
MORRO DA CONCEIÇÃO RECIFE PE CEP 50.000-000

**PARTE OUTORGADA:**

**GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS, SÉRGIO PORTO ESTEVES e BRUNA VITALINO DA CONCEIÇÃO**, brasileiros, sendo os primeiros advogados, devidamente inscritos na OAB/PE sob os nºs 17.828, 16.236, e a última estudante de direito, todos com endereço profissional à Rua Francisco Alves, 105, sala 104, Recife – PE, onde recebem as intimações legais.

**PODERES:**

Para representar a PARTE OUTORGANTE em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, com poderes incluídos nas cláusulas “ad judicium” e “ad judicium et extra”, podendo propor ações, requerer, contestar, indicar provas e testemunhas, transigir, recorrer, desistir, renunciar a crédito, receber valores e dar quitação, levantar quantias em depósito judicial através de Alvará, firmar compromissos, substabelecer no todo ou em parte, bem como todos os poderes permitidos em direito sempre no interesse do outorgante.

Recife, 23 de Novembro de 2018.

X Elaine Conceição P. da Silva Trauassos  
outorgante





### DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS,  
brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº 6653904 SDS/PE,  
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 045.661.354-46, residente  
na RUA MONTE REI, Nº 00046 - CASA A, MORRO DA  
CONCEIÇÃO RECIFE PE CEP 50.000-000

declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei de Assistência Judiciária nº 1.060/50 e demais legislações aplicáveis à espécie, e sob minha própria responsabilidade, que não tenho condições financeiras de pagar custas do processo, despesas com publicações e/ou outras despesas concernentes, sem prejuízos próprios.

Recife, 23 de Novembro de 2018

Elaine Conceição P. da Silva Travassos  
Declarante



# República Federativa do Brasil



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL  
DO 13º DISTRITO JUDICIÁRIO  
CASA AMARELA  
RECIFE - PERNAMBUCO  
Conceição da Costa Lima  
Oficial

## Registro Civil das Pessoas Naturais

RECIFE - PERNAMBUCO

Maria da Conceição da Costa Lima  
OFICIAL  
Rua Ana Xavier, 158 lj 6 Casa Amarela

CASAMENTO Nº 933

CERTIFICO que às folhas 0105, do livro nº B-4 de registros de casamentos, foi lavrado hoje o assento do matrimônio de  
**DENILTON FERNANDES TRAVASSOS**  
e **ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA**,

perante o Juiz de Casamento, Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da  
2ª Vara de Família da Capital.,  
e as testemunhas Elizete Pessoa da Silva Feitosa  
e Maria da Paz Pessoa dos Santos Souza.

**ELE**  
nascido em Recife, Estado de Pernambuco,  
no dia vinte e um de abril de mil novecentos e setenta e nove,  
21-04-1979  
estado civil solteiro  
profissão militar  
residente e domiciliado Recife PE  
filho de JOSÉ ANTONIO TRAVASSOS, e de JOANA MARIA FERNANDES  
TRAVASSOS,

**ELA**  
nascida em Recife, Estado de Pernambuco,  
no dia dois de dezembro de mil novecentos e oitenta e um,  
02-12-1981  
estado civil solteira  
profissão estudante  
residente e domiciliada Recife PE  
filha de FERNANDO AGRIPINO DA SILVA, e de SEVERINA PESSOA DA  
SILVA,

a qual passa a assinar-se **ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA**  
**TRAVASSOS**.

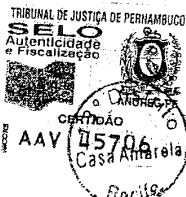
Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180, números I, II, III e IV do Código Civil brasileiro,

OBSERVAÇÕES: Este casamento foi realizado Forum do Recife, no  
dia 22 de maio de 2002 pelo regime Comunhão Parcial de Bens.

O referido é verdade e dou fé.

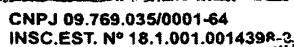
Recife, 22 de maio de 2002

Oficial



CARTÓRIO 007





ATENDIMENTO: PRACA FARIAS NEVES - NUM. - S/N - DOIS IRM  
ECIFE PE 52171-011



DADOS DO CLIENTE

**JOANA MARIA F TRAVASSOS**  
**R MONTE REI, N. 00046 - CASA-A - MORRO DA CONCEICAO RECIFE PE**  
**50090-000**

INSCRIÇÃO 360-313-256-0300-000 GRUPO-15 DEB-AUTOMATICO-060003558

SITUAÇÃO AGUA SITUAÇÃO ESGOTO QUANTIDADE DE ECONOMIAS

| LIGADO     | POTENCIAL           | RESIDENCIAL     | COMERCIAL             | INDUSTRIAL | PÚBLICA |
|------------|---------------------|-----------------|-----------------------|------------|---------|
| HIDROMETRO | DATA LEIT. ANTERIOR | DATA LEIT ATUAL | TIPO DE CONSUMO (A/E) |            |         |
| 1100043571 | 11/08/2017          | 11/09/2017      | REAL                  |            |         |

AGUA:

LEIT ANT: 1267 CONSUMO:19  
 LEIT AT: 1786  
 LEIT FAT: 1786

HISTORICO DE CONSUMO

| REFERENCIA | CONSUMO | PARAMETROS     | NUMERO DE AMOSTRAS |          |         |
|------------|---------|----------------|--------------------|----------|---------|
|            |         |                | EXIG. PORT.        | ANALISES | ATENDEN |
|            |         |                | MS 2-914/11        | REALIZ.  | A LEGIS |
| 07/2017    | 19      | TURBIDEZ       | 118                | 118      | 118     |
| 06/2017    | 19      | COR APARENTE   | 118                | 118      | 117     |
| 05/2017    | 21      | CLORO RESIDUAL | 118                | 118      | 118     |
| 04/2017    | 21      | COLIF. TOTAIS  | 118                | 118      | 3       |
| 03/2017    | 21      | F.COLI         | 118                | 118      | 0       |
| 02/2017    | 19      |                |                    |          |         |

MEDIA : 20

Qualidade de Agua: [www.campesa.com.br](http://www.campesa.com.br)

OBS : (1) COLIFORMES TOTAIS AUSÊNCIA 95% DAS AMOSTRAS EXAMINADAS  
 (2) OS PARAMETROS COLIFORMES TOTAIS, ESCHERICHIA COLI E CLORO RESIDUAL SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES SANITARIAS DA AGUA  
 (3) OS PARAMETROS COR E TURBIDEZ SAO INDICADORES DAS CONDIÇÕES ASSOCIADAS AO ASPECTO VISUAL DA AGUA

| DESCRICA DO SERVIÇO             | CONSUMO | TOTAL(R\$) |
|---------------------------------|---------|------------|
| AGUA                            |         |            |
| RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)        |         |            |
| ATE 10 M3 - 40,18 POR UNIDADE   | 10 M3   | 40,18      |
| 11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,61 POR M2 | 9 M3    | 41,49      |
| MULTA P/INPUNTUALIDADE 07/2017  |         | 1,70       |
| DOACAO AO PRO-CRIANCA 08/2017   |         | 2,50       |

10:00:50

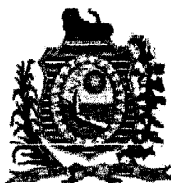
ASL-0444303/17

maria.santos

10/10/2017

| TRIBUTOS | BASE DE CALCULO | PERCENTUAL (%) | VALOR DO IMPOSTO |
|----------|-----------------|----------------|------------------|
| ISS      | 81,67           | 1,65           | 1,35             |





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **17E0328000780**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **31/10/2017** às **17:47**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **5/9/2017** às **12:30**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA NORTE, 1 - Bairro: TAMARINEIRA - RECIFE/PERNAMBUCO /BRASIL**

Local do Fato: **VIA PUBLICA / PRÓXIMO AO CIMENTO NASSAU E AO POSTO DE ABASTECIMENTO TOTAL.**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO ( AUTOR \ AGENTE )

ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS ( VITIMA )

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): **ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS (presente ao plantão) - Sexo: Feminino Mãe: SEVERINA PESSOA DA SILVA Pai: FERNANDO AGRIPINO DA SILVA Data de Nascimento: 2/12/1981 Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 6653904/SDS/PE (RG), 04566135446 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO Profissão: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO Residencial: RUA MONTE REI, Nº 46, MORRO DA CONCEIÇÃO, RECIFE - PE. - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL Próximo a: BAIRRO DE MORRO DA CONCEIÇÃO (BAIRRO), 1 - CEP: 55000-000 - Bairro: MORRO DA CONCEIÇÃO - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTOCICLETA (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS**, que estava em posse do(a) Sr(a): **ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PDW3579 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

Ano Fabricação/Modelo: **2015/2015**

Descrição: **HONDA LEAD 110.**

Complemento / Observação

31/10/2017 17:41



RELATA A VÍTIMA QUE NO LOCAL ACIMA MENCIONADO, VINHA CONDUZINDO MOTOCICLETA DE SUA PROPRIEDADE, QUANDO OUTRA MOTO DE CONDUTOR E PLACA NÃO IDENTIFICADOS, ATRAVESSOU ENTRE O GELO BAIANO DA VIA, SE POSTANDO A FRENTE DA VÍTIMA, ONDE NÃO DANDO TEMPO PARA FREAR COLIDIU NA MOTO, CAINDO EM SOLO, SENDO SOCORRIDA POR POPULARES PARA O HOSPITAL REAL PORTUGUES.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Elaine Conceição P. da Silva Travassos*

**ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS**  
(VÍTIMA)

B.O. registrado por: **JOSE EUCLIDES DE SANTANA ROCHA** - Matrícula: **3810836**

31/10/2017 17:41





**REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PERNAMBUCO**

Av. Agamenon Magalhães, 4760 - Derby - Recife - PE CEP: 52040-902  
Cnpj: 10.892.164/0001-24 Telefone: (081) 3418-1122

NOME: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS

REG.:1214489

**LAUDO MEDICO**

A PACIENTE ACTUA ENCONTRA-SE EM CONDIÇÕES DE  
RETORNAR AO TRABALHO.

**Dr. Luiz Perez Neto**  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM: 9842

-----  
Dr. LUIZ PEREZ DA COSTA NETO 08/11/2017



Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS

Reg.: 1214489

Pront.: 652225

Idade: 35

Sexo: Feminino

Dt. Nasc.: 02/12/1981

Admissão: 05/09/2017 13:50

Alta: 05/09/2017 21:35

Conv.: FUN AMIL EXCLUSIVO

missão:

solução / Conduta:

Diagnóstico:

Principal

S42.0 FRATURA DA CLAVICULA

Orientação:

Comorbidades:

Diabetes: Não Pressão Art. Sistêmica: Não  
Dislipidemia: Não Arteriopatia Periférica: Não  
Obesidade: Não Acid. Vasc. Encefálico: Não

Tabagismo: Não  
Coronariopatia: Não  
Etilismo: Não

Asma Brônquica: Não  
Doença pulm. osbt. crônica: Não  
Outros:

Programação e Orientação Pós Alta:

Restrição para atividade física. Número de dias:  
Necessidades de equip. especial (s) e captação:  
Dieta especial / Restrição dietética:

Outros:

Retornar ao consultório médico em: dias Fisioterapia Motora: Não  
Fisioterapia Respiratória: Não  
Fonoterapia: Não

Condição de Alta:

Tipo de Alta: Médica

Declaro que Recebi as orientações acima, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_:

Assinatura do paciente ou responsável:

Médico Responsável: Dr LUIZ PEREZ DA COSTA NETO  
CRM: 9842





REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PERNAMBUCO

Av. Agostinho Magalhães, 420, Derby - Recife - PE CEP: 52060-302  
CNPJ: 10.902.194/0001-24 - Telefone: (081) 3416-1122

# Prescrição Médica / Evolução Clínica

\* R1214409

Paciente: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS 35 anos  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Reg.: 1214489 Prontuário: 652225  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA  
Leito: -  
Admissão: 05/09/17 13:50  
Diag.: -

|   |  | Horários de Aplicação | 9842 |
|---|--|-----------------------|------|
| 5/09/2017 16:23                             | Solic. (Estoque): 117.1545038                                    | (1)                   |      |
| 1) CODEIN 30 MG COMP                        | Uso: 1 Comprimido, Via Oral, (No momento) Nao especificado.      | (1)                   |      |
| 2) PROFENID 100 MG IM AMP 2 ML              | Uso: 1 Ampola, Via Intramuscular, (No momento) Nao especificado. | (1)                   |      |
| 3) NOVALGINA 500 MG COMP                    | Uso: 02 Comprimido, Via Oral, (No momento) Nao especificado.     | (1)                   |      |
| 4) IMOBILIZACAO TIPOIA MS D/E, (No momento) |  | (1)                   |      |
|   |  |                       | 9842 |

## Exames Solicitados:

- 1) RX CLAVICULA (AP E ZANCA)
- 2) RX OMBRO E (AP VERDADEIRO, AXILAR, PERFIL ESCAPULAR, ROTAÇÃO EXTERNA)

Dr(a): LUIZ PEREZ DA COSTA NETO  
CRM: 9842



Av. Agamenon Magalhães, 1111 - Jd. Santa Helena - São Paulo - SP - 05411-000  
CNPJ: 10.882.164-0001/24 - Telefone: 81 3416-1122 - contato@grup.com.br

Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS Reg.: 1214489  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA Leito: ANEXO  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Matrícula: 920029205  
Data da Admissão: 05/09/2017 13:50 Dias de Int: 1 dia(s)  
Idade: 35 ano(s) Peso: , Altura: 0,0,m


Data da Realização: 05/09/2017 - 16:57  
Laudo Revisado em: 05/09/2017 16:57:28 Por: 25279

**ANOTAÇÃO ENFERMAGEM**  
**EMERGÊNCIA**

- 1 - PROCEDÊNCIA: RESIDÊNCIA
- 3 - ESTADO INICIAL: ESTÁVEL
- 5 - QUEIXAS PRINCIPAIS: PCT MEDICADA CPM.
- 7 - CONDUTA: MEDICAÇÃO E ALTA
- 8 - DATA/HORA: 16:56

674802-FABIOLA MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA

COREN 674802 - FABIOLA MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA

  
FABIOLA SILVA  
COREN - 674802

Impresso por: Luis Belo da Silva 15/09/2017 13:20



Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS Reg.: 1214489  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA Leito: ANEXO  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Matrícula: 920029205  
Data da Admissão: 05/09/2017 13:50 Dias de int: 1 dia(s)  
Idade: 35 ano(s) Peso: , Altura: 0,0,m

Data da Realização: 05/09/2017 - 16:21  
Laudo Revisado em: 05/09/2017 16:24:43 Por: CRM9842

**Reavaliação da Emergência**

**ANAMNESE / EXAME FÍSICO:**  
RX FRATURA INCOMPLETA DA CLVICULA ESQ NO SEU 1/3 MEDIO

CONDUTA: TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DA CINTURA ESCAPULAR + TIPOIA+  
ACOMP.NO CONSULTORIO  
ALTA

**HIPÓTESE DIAGNÓSTICA**  
CID (01) : S42.0

**CONDUTA**  
Saída: Alta  
Motivo Alta: Médica  
Realizado Orientações para Retorno? Sim  
Encaminhado para Ambulatório Especialista ? Sim

CRM 9842 - Dr LUIZ PEREZ DA COSTA NETO

Impresso por: Luis Belo da Silva 15/09/2017 13:20



Av. Agamenon Magalhães, 10.892-164-0001/24 - Telefone: 3416-1122 - contato@rmp.com.br  
CNPJ: 10.892.164-0001/24 - Telefone: 3416-1122 - contato@rmp.com.br

Reg.: 1214489 Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Data: 05/09/2017 13:50 REAL VIDA - EMERGENCIA

**CONSULTA DE EMERGÊNCIA**

**Queixa Principal/HDA:**  
DOR NA REGIAO CLAVICULAR APOS QUEDA DE MOTO EM BAIXA VELOCIDA DE  
NAO HA DEFORMIDADE APARENTE NO OMBRO ESQUERDO }

**Exame Físico:**  
DOR A DIGITOPRESAO DO 1/3 MEDIO DA CLAVICULA ESQUERDA

DOR: Sim Intensidade: 5

**NECESSITA DE ACOMPANHAMENTO:**

Psicologia: Não  
Assistente Social: Não

**HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:** S42.0  
Solicitação de Exames: S

RX OMBRO DIREITO{

Dr LUIZ PEREZ DA COSTA NETO

- CRM 9842

Impresso por Luis Belo da Silva 13:20 15/09/2017



Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS Reg.: 1214489  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA Leito: ANEXO  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Matricula: 920029205  
Data da Admissão: 05/09/2017 13:50 Dias de int: 1 dia(s)  
Idade: 35 ano(s) Peso: , Altura: 0,0,m

Data da Realização: 05/09/2017 - 13:56  
Laudos Revisado em: 05/09/2017 14:00:34 Por: 21325

**ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**  
**(AVALIAÇÃO INICIAL DE ENFERMAGEM)**

05/09/2017 13:56

**Queixa Principal:** refere dor em ombro + clavícula esquerda .  
sem demais queixas .  
(acidente de moto )

**Sinais Vitais:** PA: 112 x 70 HGT:n FR:n Temp:n FC:76 Sat: 97

**Dor:** 4 a 7 Dor moderada

**Alergia:** NÃO

**Antecedentes Familiares:** Não

**Medicações em Uso:** Não

**Doenças Pré Existentes:** Não

**Paciente ciente do tempo de espera da realização e recebimento de exames:** Sim

**Paciente tem médico que o acompanhe:** Não  
**Caso seja internado gostaria que ele fosse avisado:** Não  
**Risco de Queda:** Não

**Classificação de Risco:** Amarelo

**Especialidades:** Ortopedia  
**Observações:** reação anestésico

7929 - TANIA ANDRADE DA SILVA

COREN 7929 - TANIA ANDRADE DA SILVA



## REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PE

Av. Agamenon Magalhães, 4760 - Derby - Recife/PE CEP: 52010-902  
CNPJ: 10.892.164-0001/24 - Telefone: 81 3416-1122 - contato@rhp.com.br

Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO  
Data da Admissão: 05/09/2017 13:50  
Idade: 35 ano(s) Peso: Altura: 0,0m

Reg.: 1214489  
Leito: ANEXO  
Matrícula: 920029205  
Dias de int: 1 dia(s)



Data da Realização: 05/09/2017 - 13:56  
Laudo Revisado em: 05/09/2017 14:00:34 Por: 21325

### ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (AVALIAÇÃO INICIAL DE ENFERMAGEM)

05/09/2017 13:56

**Queixa Principal:** refere dor em ombro + clavícula esquerda  
sem demais queixas  
(acidente de moto)

**Sinais Vitais:** PA: 112 x 70 HGT:n FR:n Temp:n FC:76 Sat: 97

**Dor:** 4 a 7 Dor moderada

**Alergia:** NÃO

**Antecedentes Familiares:** Não

**Medicações em Uso:** Não

**Doenças Pré Existentes:** Não

**Paciente ciente do tempo de espera da realização e recebimento de exames:** Sim

**Paciente tem médico que o acompanha:** Não  
**Caso seja internado gostaria que ele fosse avisado:** Não  
**Risco de Queda:** Não

**Classificação de Risco:** Amarelo

**Especialidades:** Ortopedia  
**Observações:** reação anestésico

7929 - TANIA ANDRADE DA SILVA

COREN 7929 - TANIA ANDRADE DA SILVA

Impresso por: Laila Belo de Silva 15/08/2017 13:20



Pedro Marques  
Ortopedia e Traumatologia

LANDOWICK

Paciente Elaine Conceição Pessoa da Silva Tra.  
vazas, vítima de acidente de trânsito em  
05/09/2017 segundo B.O de N: 17E0320000780

Sofreu fratura da clavícula esquerda; foi tra-  
cada conservadamente com imobilização  
tipo melbran por 04 semanas.

A evolução evolui com sequelas defi-  
nitivas que:

- Deformidade alestomica a clavícula  
da esquerda

Comprometimento de aproxima-  
mente 50% no movimento de movi-  
supinação do cubito

CIDIO 542 Alta Ambulatorial Definitiva

Dr. Pedro Marques  
Ortopedia e Traumatologia  
CREMEPE 8594  
CPF 127.676.334-00  
Não autorizo troca

05/10/18

Assinado eletronicamente por: GISELLE VALENCA DE MEDEIROS - 03/12/2018 10:38:13  
https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18120310381275700000038060919



3.

# REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PE

Av. Agamenon Magalhães, 4760 - Derby - Recife/PE Cep: 52010-902  
CNPJ: 10.892.164-0001/24 - Telefone: 3416-1122 - contato@rhp.com.br

Reg.: 1214489 Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Data: 05/09/2017 13:50 REAL VIDA - EMERGENCIA

## CONSULTA DE EMERGENCIA

Queixa Principal/HDA:  
DOR NA REGIAO CLAVICULAR APOS QUEDA DE MOTO EM BAIXA VELOCIDADE DE  
NAO HA DEFORMIDADE APARENTE NO OMBRO ESQUERDO }

Exame Fisico:  
DOR A DIGITOPRESAO DO 1/3 MEDIO DA CLAVICULA ESQUERDA

DOR: Sim Intensidade: 5

### NECESSITA DE ACOMPANHAMENTO:

Psicologia: Não  
Assistente Social: Não

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA: S42.0  
Solicitação de Exames: S

RX OMBRO DIREITO{

Dr. LUIZ PEREZ DA COSTA NETO

- CRM 9842





# REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PE

Av. Agamenon Magalhães, 4760 - Derby - Recife/PE CEP: 52010-902  
CNPJ: 10.892.164-0001/24 - Telefone: 81 3416-1122 - contato@rhp.com.br

Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO  
Data da Admissão: 05/09/2017 13:50  
Idade: 35 ano(s) Peso: Altura: 0,0,m

Reg.: 1214489  
Leito: ANEXO  
Matrícula: 920029205  
Dias de int: 1 dia(s)

Data da Realização: 05/09/2017 - 16:21  
Laudo Revisado em: 05/09/2017 16:24:43 Por: CRM9842

## Reavaliação da Emergência

### ANAMNESE / EXAME FÍSICO:

RX FRATURA INCOMPLETA DA CLVÍCULA ESQ NO SEU 1/3 MEDIO

CONDUTA: TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA DA CINTURA ESCAPULAR + TIPOIA+  
ACOMP.NO CONSULTORIO  
ALTA

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA  
CID (01) : S42.0

### CONDUTA

Saida: Alta  
Motivo Alta: Médica  
Realizado Orientações para Retorno? Sim  
Encaminhado para Ambulatório Especialista? Sim

CRM 9842 - Dr LUIZ PEREZ DA COSTA NETO

Impresso por: Laila Belo da Silva 15/09/2017 13:20



5.

# REAL HOSPITAL PORTUGUÊS DE BENEFICÊNCIA EM PE

Av. Agamenon Magalhães, 4760 - Derby - Recife/PE CEP: 52010-902  
CNPJ: 10.892.164-0001/24 - Telefone: 81 3416-1122 - contato@rhp.com.br

Nome: ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS  
Unidade: REAL VIDA - EMERGÊNCIA  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO  
Data da Admissão: 05/09/2017 13:50  
Idade: 35 ano(s) Peso: Altura: 0,0,m

Reg.: 1214489  
Leito: ANEXO  
Matrícula: 920029205  
Dias de int: 1 dia(s)

Data da Realização: 05/09/2017 - 16:57  
Laudo Revisado em: 05/09/2017 16:57:28. Por: 25279

## ANOTAÇÃO ENFERMAGEM EMERGÊNCIA

- 1 - PROCEDÊNCIA: RESIDÊNCIA
- 3 - ESTADO INICIAL: ESTÁVEL
- 5 - QUEIXAS PRINCIPAIS: PCT MEDICADA CPM
- 7 - CONDUTA: MEDICAÇÃO E ALTA
- 8 - DATA/HORA: 16:56

674802-FABIOLA MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA

COREN 674802 - FABIOLA MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA

FABIOLA SILVA  
COREN - 674802

Impresso por: Laila Belo da Silva 15/09/2017 13:20



REAL HOSPITAL PORTUGUES DE BENEFICENCIA EM PERNAMBUCO  
Av. Agostinho Neto, 428, Derby - Jd. São José, 50050-000  
CEP: 50050-000 - Recife, PE

# Prescrição Médica / Evolução Clínica

• "R1214489"

Paciente: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS Idade: 35 anos  
Convênio: FUN AMIL EXCLUSIVO Reg.: 1214489 Prontuário: 652225  
Unidade: REAL VIDA - EMERGENCIA  
Leito: -  
Admissão: 05/09/17 13:50  
Diag.: -

| 05/09/2017 16:23   |  | Solic. (Estoque): 117.1545038 | Horários de Aplicação | 9842 |
|--|--|-------------------------------|-----------------------|------|
| 1)   | CODEIN 30 MG COMP                        |                               | (1)                   |      |
| Uso: 1 Comprimido, Via Oral, (No momento) Nao especificado.      |  |                               | (1)                   |      |
| 2)   | PROFENID 100 MG IM AMP 2 ML              |                               | (1)                   |      |
| Uso: 1 Ampola, Via Intramuscular, (No momento) Nao especificado. |  |                               | (1)                   |      |
| 3)   | NOVALGINA 500 MG COMP                    |                               | (1)                   |      |
| Uso: 02 Comprimido, Via Oral, (No momento) Nao especificado.     |  |                               | (1)                   |      |
| 4)   | IMOBILIZACAO TIPOIA MS D/E, (No momento) |                               |                       | 9842 |

## Exames Solicitados:

- 1) RX CLAVICULA (AP E ZANCA)
- 2) RX OMBRO E (AP VERDADEIRO, AXILAR, PERFIL ESCAPULAR, ROTAÇÃO EXTERNA)

Dr(a): LUIZ PEREZ DA COSTA NETO  
CRM: 9842



RELATÓRIO MÉDICO DE ALTA

Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS

Reg.: 1214489

Pront.: 652225

Idade: 35

Sexo: Feminino

Dt. Nasc.: 02/12/1981

Admissão: 05/09/2017 13:50

Conv.: FUNAMIL EXCLUSIVO

Alta: 05/09/2017 21:35

Admissão:

Evolução / Conduta:

Diagnóstico:

Principal

S42.0

FRATURA DA CLAVICULA

Orientação:

Comorbidades:

Diabetes: Não Pressão Art. Sistêmica: Não  
Dislipidemia: Não Arteriotopia Periférica: Não  
Obesidade: Não Acid. Vasc. Encefálico: Não

Tabagismo: Não

Coronariopatia: Não  
Etilismo: Não

Asma Brônquica: Não

Doença pulm. osbt. crônica: Não  
Outros:

Programação e Orientação Pós Alta:

Restrição para atividade física. Número de dias: Retornar ao consultório médico em: dias Fisioterapia Motora: Não  
Necessidades de equip. especial (e) e captação: Fisioterapia Respiratória: Não  
Dieta especial / Restrição dietética: Fisioterapia: Não  
Outros:

Condição de Alta:

Tipo de Alta: Médica

Declaro que Recebi as orientações acima, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_:\_\_\_\_

Assinatura do paciente ou responsável:

Médico Responsável: Dr LUIZ PEREZ DA COSTA NETO  
CRM: 9842





Av. Agamenon Magalhães, 4760, Derby - Recife - PE CEP: 52010-902  
Cidade 08321640001 - 24 - Telefone: (081) 3418-1122

NOME: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA TRAVASSOS

REG:i214489

**LAUDO MEDICO**

A PACIENTE ACIMA ENCONTRA-SE EM CONDIÇÕES DE  
RETORNAR AO TRABALHO.

**Dr. Luiz Perez Neto**  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM: 9842

Medico: DR. LUIZ PEREZ DA COSTA NETO

08/11/2013

Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

Nº Sinistro: 3180476894

Vítima: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

Data do Acidente: 05/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador GISELLE VALENCA DE MEDEIROS

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180476894**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **05/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00099/00100 - carta\_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13582730





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

**Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001**

**DECISÃO**

-

**De proêmio, tendo em vista a Declaração de Pobreza apresentada, defiro os benefícios da Justiça Gratuita, com arrimo no artigo 98 do Código de Processo Civil.**

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pela ré.

Dessa forma, entendo que é o caso de, na forma do art. 381, II, do Código de Processo Civil, antecipar a produção dessa prova, com o fim de facilitar a autocomposição entre os litigantes, bem como, em face do grande número de processos que versam sobre a mesma matéria, possibilitar ao perito realizar o maior número de perícias possível, em atenção à economia e celeridade processuais.

Diante do exposto, determino a antecipação da confecção da prova de índole pericial, visando a comprovar a existência e o grau das lesões sofridas pela parte autora.

Nomeio enquanto perito do Juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16868, fixando seus honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme a convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC).

Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos s reais) e, querendo, oferecer quesitos complementares, para além de indicar perito assistente.

Intime-se também a parte autora para tomar ciência da presente decisão e, de igual sorte, querendo, oferecer quesitos complementares, indicar perito assistente.

Após o decurso do prazo e a apresentação do comprovante de depósito judicial, retornem os autos conclusos para determinação da realização da perícia.



Recife, \_\_\_\_ de dezembro de 2018.

MARIA CRISTINA SOUZA LEÃO DE CASTRO

Juíza de Direito Titular







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

#### INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 38847216, conforme segue transcrito abaixo:

*" [DECISÃO De proêmio, tendo em vista a Declaração de Pobreza apresentada, defiro os benefícios da Justiça Gratuita, com arrimo no artigo 98 do Código de Processo Civil. Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pela ré. Dessa forma, entendo que é o caso de, na forma do art. 381, II, do Código de Processo Civil, antecipar a produção dessa prova, com o fim de facilitar a autocomposição entre os litigantes, bem como, em face do grande número de processos que versam sobre a mesma matéria, possibilitar ao perito realizar o maior número de perícias possível, em atenção à economia e celeridade processuais. Diante do exposto, determino a antecipação da confecção da prova de índole pericial, visando a comprovar a existência e o grau das lesões sofridas pela parte autora. Nomeio enquanto perito do Juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16868, fixando seus honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme a convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC). Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos s reais) e, querendo, oferecer quesitos complementares, para além de indicar perito assistente. Intime-se também a parte autora para tomar ciência da presente decisão e, de igual sorte, querendo, oferecer quesitos complementares, indicar perito assistente. Após o decurso do prazo e a apresentação do comprovante de depósito judicial, retornem os autos conclusos para determinação da realização da perícia. Recife, \_\_\_\_ de dezembro de 2018. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular "*

RECIFE, 21 de dezembro de 2018.

**POLIANA DE BRITO LUCENA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

RECIFE, 21 de dezembro de 2018.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,  
**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

- 1 – Acesse o link: <https://www.tje.jus.br/contrafelg>
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 18120310381135200000038060778

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:

<https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, POLIANA DE BRITO LUCENA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).



**POLIANA DE BRITO LUCENA**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

---

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjepe.jus.br](http://www.tjepe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a CITAÇÃO de SEGURADORA LÍDER. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de janeiro de 2019

**LIGIA PATRICIA GOMES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO  
- RJ - CEP: 20031-205

0094966-88.2018.8.17.2001 ID 39483857 7

CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEVEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

R. Júnior  
8.956.534-7

CRIMBO DE ENTREGA  
BUREAU DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION  
CDD 1º DE MARÇO - DR/n  
02 JAN 2019  
RIO DE JANEIRO/RJ

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

ENCARTE 118

44 48 49 50 51





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

5T 856 185 483

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FÓRUM DE DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR

DESEMBARGADOR GUERRA BARREIRO - 3º ANDAR

CIDADE / LOCALITÉ

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP. 50.060-900

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|



## CONTESTAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE

Processo: 00949668820188172001

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/09/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **31/10/2017**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Ainda, merece atenção os documentos colacionados pela autora, em especial a carteira nacional de habilitação, vejamos:



Verifica-se que o documento em comento encontra-se totalmente ilegível, não sendo crível que a autora ingresse no judiciário pleiteando indenização do seguro obrigatório e junte aos autos cópia sem qualquer qualidade.

Assim sendo, requer a intimação pessoal da autora para que se manifeste acerca do exposto, sob pena de indeferimento da inicial, sem prejuízo da juntada de nova cópia.



### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

A parte Autora sustenta que se encontra inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

##### **LAUDO PARTICULAR ACOSTADO AOS AUTOS**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>1</sup>.

Verifica-se que o laudo colacionado aos autos não atende aos requisitos entabulados pela Lei 6.194/74, uma vez que o mesmo foi expedido por médico particular.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

---

<sup>1</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



## DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

### DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.



#### **Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.**

Número do Sinistro: **3180476894**

Nome do(a) Examinado(a): **ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**

Endereço do(a) Examinado(a):

**R MONTE REI, 00046 - MORRO DA CONCEICAO - Recife - PE - CEP 52090-310**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [ **SDS /PE** ] **6653904**

Data e local do acidente: [ **05/09/2017** ]

**, AVENIDA NORTE (PRÓXIMO AO CIMENTO NASSAU), RECIFE -PE**

Data e local do exame: [ **05/11/2018** ] **Recife** [ **PE** ]

#### **Resultado da Avaliação Médica**

**I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.**

**FRATURA INCOMPLETA DIAFISÁRIA DA CLAVÍCULA ESQUERDA.**

**II. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.**

**VÍTIMA REFERE DIFICULDADE PARA ELEVAR PESO. AO EXAME FÍSICO, VÍTIMA APRESENTA CALO ÓSSEO LOCAL E REFERE DOR À PALPAÇÃO LOCAL. NÃO APRESENTA LIMITAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO DO OMBRO ESQUERDO NEM HIPOTROFIA MUSCULAR E REDUÇÃO DE FORÇA.**

**III. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?**

[ **X** ] Sim [ ] Não

**IV. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.**

**VÍTIMA TRATADA CONSERVADORAMENTE COM TIPOIA (FEZ USO POR 4 SEMANAS). RECEBEU ALTA HOSPITALAR NO MESMO DIA.**

**V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?**

[ ] Sim [ **X** ] Não

**VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:**

**Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b".**

**VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.**





a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"  
Esta avaliação médica deve ser  
repetida em \_\_\_\_ dias

( X ) "Sem sequela permanente" (Não  
existem lesões diretamente decorrentes de  
acidente de trânsito que não sejam  
suscetíveis de amenização proporcionada  
por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam  
relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

VIII. \* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou  
a valoração do dano corporal.

Rayssa Silva Leal Mousinho  
Médica  
CRM-45/22116  
"Cabeleireira, Jovem, Cristã e terço santo"

Rayssa Silva Leal Mousinho - CRM: 22116 - PE

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.



### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>2</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>3</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

---

<sup>2</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUEVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>3</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>4</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>5</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

#### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Desta feita, requer a improcedência do pedido do autor com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC ante a comprovada ausência de invalidez permanente.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

<sup>4</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>5</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 6 de fevereiro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.





### TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei  | Total (100%)  | Intensa (75%) | Média (50%)  | Leve (25%)   | Residual (10%) |
|---|---------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores  |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés   |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior   |               |               |              |              |                |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral  |               |               |              |              |                |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica  | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00   |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos   | R\$ 9.450,00  | R\$ 7.087,50  | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores  |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés   | R\$ 6.750,00  | R\$ 5.062,50  | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00     |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho  |               |               |              |              |                |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar  | R\$ 3.375,00  | R\$ 2.531,25  | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75   | R\$ 337,50     |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo   |               |               |              |              |                |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral   |               |               |              |              |                |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão  | R\$ 1.350,00  | R\$ 1.012,50  | R\$ 675,00   | R\$ 337,50   | R\$ 135,00     |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé  |               |               |              |              |                |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço   |               |               |              |              |                |



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**, em curso perante a **22ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00949668820188172001.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS




RECIBO DO SACADO

|   |                                     |                          |   |  |  |
|---|-------------------------------------|--------------------------|---|--|--|
|    |                                     | <b>104-0</b>             | 10498.39291 94000.100043 10980.024409 6 78270000020000  |  |  |
| Beneficiário<br>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL   |                                     |                          | CPF/CNPJ do Beneficiário<br>00.360.305/0001-04  | Agência / Código do Cedente<br>2717 / 839299 |  |
| Nº do documento<br>040271700691902123   | Nosso Número<br>14000000109800244-2 | Vencimento<br>13/03/2019 | Valor do Documento<br>200,00  |  |  |
| <b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b><br><br>TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO<br>COMARCA: RECIFE<br>VARA:22A VARA CIVEL<br><br>PROCESSO: 00949668820188172001 N° GUIA: 1<br>JURISDICIONADOS: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR<br>CONTA: 2717 040 01729229-0<br><br>Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID: 040271700691902123<br><br>OBS:HONORARIOS PERICIAIS |                                     |                          | (-) Desconto<br><br>(-) Outras Deduções/Abatimentos<br><br>(+) Mora/Multa/Juros<br><br>(+) Outros Acréscimos<br><br>(=) Valor Cobrado |  |  |
| Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR  |                                     |                          | CPF/CNPJ:<br>09.248.608/0001-04<br>UF: CEP:<br>CPF/CNPJ:  |  |  |
| Sacador/Avalista:   |                                     |                          |   |  |  |

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:** 0800 726 2492

**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

|  |                                       |                         |  |   |   |
|--|---------------------------------------|-------------------------|--|---|---|
|   |                                       | <b>104-0</b>            | 10498.39291 94000.100043 10980.024409 6 78270000020000 |   |   |
| Local de pagamento<br><b>PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA</b>   |                                       |                         |  | <b>Vencimento</b><br>13/03/2019   |   |
| Beneficiário<br>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  |                                       |                         | CPF/CNPJ do Beneficiário<br>00.360.305/0001-04         | Agência / Código do Cedente<br>2717 / 839299                                    |   |
| Data do documento<br>12/02/2019  | Nº do documento<br>040271700691902123 | Espécie de docto.<br>DJ | Aceite<br>S  | Data do processamento<br>12/02/2019   | Nosso Número<br>14000000109800244-2     |
| Uso do Banco   | Carteira<br>CR                        | Moeda<br>R\$            | Quantidade   | Valor   | <b>(=) Valor do Documento</b><br>200,00 |
| <b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):</b><br><br>TRIBUNAL:TJ PERNAMBUCO<br>COMARCA: RECIFE<br>VARA:22A VARA CIVEL<br>PROCESSO: 00949668820188172001 N° GUIA: 1<br>JURISDICIONADOS: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR |                                       |                         |  | (-) Desconto<br><br>(-) Outras Deduções/Abatimentos<br><br>(+) Mora/Multa/Juros |   |



CONTA: 2717 040 01729229-0

Para enviar TED JUDICIAL, utilizar o ID:

OBS:HONORARIOS PERICIAIS

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGUR

CPF/CNPJ:  
09.248.608/0001-04

UF: CEP:

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação



## Guia - Ficha de Compensação

|   |                      |                         |
|---|----------------------|-------------------------|
| Nº DA PARCELA                                       | Nº DA CONTA JUDICIAL |                         |
|   | 0                    |                         |
| DATA DA GUIA  | AGÊNCIA (PREF / DV)  | TIPO DE JUSTIÇA         |
| 22/02/2019  | 0                    | ESTADUAL                |
| Nº DA GUIA  | Nº DO DEPOSITO       |                         |
| 2558297   | 22/02/2019           |                         |
| UF/COMARCA  | Nº DO PROCESSO       |                         |
| PE  | 00949668820188172001 |                         |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO                               | DEPOSITANTE          | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | RÉU                  | 200,00                  |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE                          | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA                    | Jurídica             | 09248608000104          |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA                             | TIPO DE PESSOA       | CPF / CNPJ              |
| AA275D651AA57E31                                    | FÍSICA               | 04566135446             |





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00949668820188172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da **FICHA DE COMPENSAÇÃO E RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

**Por fim, certificada a ausência imotivada da parte autora à perícia, requer desde já a expedição do respectivo Alvará para o Réu.**

Termo em que,  
Pede Juntada.

RECIFE, 28 de fevereiro de 2019.



**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
30225 - OAB/PE







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO ADVOGADO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) patrono(a)(s)  
RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO - OAB PE 25393-D da parte demandada.

RECIFE, 18 de março de 2019.

**RAQUEL PONTUAL FALCAO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO..

RECIFE, 18 de março de 2019.

**RAQUEL PONTUAL FALCAO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

**PROC. Nº 0094966-88.2018.8.17.2001**

**DESPACHO**

À Secretaria para agendamento do exame pelo perito e intimação pessoal do promovente.

Intimem-se, também, através do Sistema PJE, a ré e os patronos das partes.

Após a realização da perícia, intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o seu resultado.

Cumpra-se.

Recife, 04 de abril de 2019.

MARIA VALÉRIA SILVA SANTOS DE MELO

Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)(s) o perito nomeado para designar a data da perícia médica.

RECIFE, 11 de abril de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**



**Aceito o encargo e informo abaixo data para realização da perícia.**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP [19033820407](#), médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, de acordo com a ementa solicitar que a notificação das partes ocorra pelo Tribunal de Justiça.

‘Conforme julgado recente do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 1.364.911-GO, veiculado no Informativo nº 589, o comparecimento e submissão à perícia, por ser ato que incumbe exclusivamente à parte, demanda que esta seja intimada pessoalmente para a sua realização.

Vide a ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO [DPVAT](#). Em ação de cobrança de seguro [DPVAT](#), a intimação da parte para o comparecimento à perícia médica deve ser pessoal, e não por intermédio de advogado. Consoante determina a legislação processual civil, a intimação é "o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa" (art. 234 do [CPC/1973](#); e art. 269 do [CPC/2015](#)). O diploma processual também disciplina os meios pelos quais devem ser feitas as intimações, tais como, pelo escrivão, oficial de justiça, correio, publicação na imprensa oficial ou até mesmo por ocasião da audiência. A doutrina distingue as intimações meramente comunicativas, que criam ônus e dão início à contagem de prazos processuais, daquelas que ordenam condutas e geram deveres para a parte intimada. Nesse ponto, destaca-se que o ato processual em questão se trata de intimação para a prática de uma conduta pessoal da parte, qual seja: o comparecimento para a realização de perícia médica. Dessa forma, por se tratar de ato que deve necessariamente ser realizado pela parte interessada (ato personalíssimo), não se mostra suficiente a intimação por intermédio de advogado. Acerca disso, há doutrina no sentido de que: "Não valem as intimações feitas à parte quando o ato processual a praticar deve ser do advogado. A *contrario sensu*, não pode ser a intimação feita ao representante processual, se o ato deve ser pessoalmente praticado pela parte". Nessa linha, a parte deve ser intimada pessoalmente para comparecer à perícia médica designada, visto que não se trata de uma intimação meramente comunicativa, mas sim de uma ordem para a prática de uma conduta que, frisa-se, somente pode ser realizada pessoalmente pela parte interessada. Assim, a intimação pessoal da parte que será submetida ao exame pericial revela-se indispensável, por se tratar de ato personalíssimo, cuja intimação não pode ser suprida por intermédio do advogado. Precedente citado: REsp 1.309.276-SP, Terceira Turma, DJe 29/4/2016. [REsp 1.364.911-GO](#), Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016.

Informo que a perícia será realizada no dia 06/06/2019 (quinta-feira), no horário entre 08h e 10h, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife- PE, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite). Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 12 de abril de 2019.

***Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho***

***CRM 16.868***

***Médico Perito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo as partes para tomarem ciência da petição de ID 43760716 juntada pelo perito nomeado.

RECIFE, 15 de abril de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

RECIFE, 15 de abril de 2019.

**CARTA DE INTIMAÇÃO - PERÍCIA MÉDICA**

**D e s t i n a t á r i o ( s ) :**

Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA  
Endereço: RUA MONTE REI, 46A, MORRO DA CONCEIÇÃO, CASA AMARELA, RECIFE - PE - CEP: 50000-000

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer no dia 06/06/2019 (quinta-feira), no horário entre 08h e 10h, por ordem de chegada, na Rua General Joaquim Inácio, 830, sl 812, Empresarial The Plaza Business Center, Ilha do Leite, Recife- PE, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado quase em frente ao restaurante Skillus da Ilha do Leite). Deverá comparecer levando todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:  
<https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet:  
<http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

ANDRE GONCALVES LOBATO  
Diretoria Cível do 1º Grau  
Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco:  
[www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento  
[<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de ELAINE CONCEIÇÃO PESSOA DA SILVA. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 29 de maio de 2019

**EGLINE SANTANA DA SILVA BATISTA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDEREÇO

Nome: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA  
Endereço: RUA MONTE REI, 46A, MORRO DA CONCEIÇÃO, CASA  
AMARELA, RECIFE - PE - CEP: 50000-000

CEP / COD

0094966-88.2018.8.17.2001

ID 43881433

5

INTIMAÇÃO

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DO RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR/ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Paulo de Tasso  
Ag. Correios  
Matr. S. 18.433-2

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

24 ABR 2019

PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**Correios** Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

( CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO )

JU 393 394 5520

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

23 ABR 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FORÇA DESEMBARCADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR

AV. DESEMBARCADOR GUERRA BARRETO, S/Nº

ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

BRÉSIL

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR



Laudos anexos.



**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO B**

**PROC.: 0094966-88.2018.8.17.2001**

**RECLAMANTE: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial

Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando for liberado.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 12 de junho de 2019.



**Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho**  
**CRM 16.868**  
**Médico Perito**

☎ 81 4101.0698

✉ pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com



Nº do processo: 0094966-88.2018.8.17.2001

Telefone: 8987664273

Nome Completo: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

Assinatura do Reclamante: Elaine Conceição P. de Silva Trausa

CPF: 045.661.354-46

Vara: 22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO B

**Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes**

**Informações do Acidente**

Local do Acidente:

RECIFE - PE

Data do Acidente: 05/09/2017

**Avaliação**

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

**Só prosseguir em caso de resposta afirmativa**

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

ombro esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

fratura de clavícula esquerda submetida a tratamento conservador.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

dificuldade para abduzir e elevar o ombro esquerdo.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: \_\_\_\_\_  
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor **NÃO** preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

(81) 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM/PE 16858  
CPF 000 325 694 06

# PAULO MENEZES

## PERÍCIAS MÉDICAS

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa e forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento  
Anatômico

Marque o percentual

1º Lesão

braço Esq. ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2º Lesão

/ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

/ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

/ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve  
☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

**Observação:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

/

Data da realização do exame médico legal:

06/06/2019

Paulo Menezes  
Perícias Médicas  
CRM/PE 16868

CPF 000 226 694

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE: 16.868

### Informações Complementares

/

(81) 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do trecho do Despacho de ID 42978427, conforme segue transcrito abaixo:

*" Após a realização da perícia, intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o seu resultado."*

RECIFE, 14 de junho de 2019.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



## IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL







**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SECAO B**

**Processo:** 00949668820188172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **05.09.2017**, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Cumpramos ressaltar que a vítima ingressou com pedido administrativo, onde o mesmo passou pelo crivo médico administrativo da seguradora, atendendo as exigências da Lei 6.194/74 e da Súmula 474 do STJ, de maneira que o expert foi categórico ao afirmar que o autor não possui lesão de caráter permanente, senão vejamos:

## PARECER

### PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



#### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180476894 **Cidade:** Recife **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA **Data do acidente:** 05/09/2017 **Seguradora:** GENTE SEGURADORA S/A

#### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA INCOMPLETA DIAFISÁRIA DA CLAVÍCULA ESQUERDA.

**Descrição do exame médico pericial:** VÍTIMA REFERE DIFICULDADE PARA ELEVAR PESO. AO EXAME FÍSICO, VÍTIMA APRESENTA CALO ÓSSEO LOCAL E REFERE DOR À PALPAÇÃO LOCAL. NÃO APRESENTA LIMITAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO DO OMBRO ESQUERDO NEM HIPOTROFIA MUSCULAR E REDUÇÃO DE FORÇA.

**Resultados terapêuticos:** VÍTIMA TRATADA CONSERVADORAMENTE COM TIPOIA (FEZ USO POR 4 SEMANAS). RECEBEU ALTA HOSPITALAR NO MESMO DIA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Sem sequela

**Data da perícia:** 05/11/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:**

**Médico examinador:** Rayssa Silva Leal Mousinho

**CRM do médico:** 22116

**UF do CRM do médico:** PE

#### DANOS

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|-----------------------------|--|--|-----------|-----------------------|
|                             |  | Total  | 0 %       | R\$ 0,00              |

#### PRESTADOR

ACE GESTÃO DE SAÚDE LTDA

**Médico revisor:** OTELO CORRÊA DOS SANTOS FILHO

**CRM do médico:** 52.18145-0

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**



a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"  
Esta avaliação médica deve ser  
repetida em \_\_\_\_ dias

( X ) "Sem sequela permanente" (Não  
existem lesões diretamente decorrentes de  
acidente de trânsito que não sejam  
suscetíveis de amenização proporcionada  
por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam  
relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

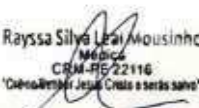
Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

VIII. \* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou  
a valoração do dano corporal.

  
Rayssa Silva Leal Mousinho  
Médica  
CRM-116/22116  
"Cabeleireiro Jesus Cristo e todos saões"  
Rayssa Silva Leal Mousinho - CRM: 22116 - PE

**Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, não havendo que se falar em indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, ante a comprovada ausência de invalidez permanente.**

Isto posto, fica demonstrado que o pleito do autor se encontra descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválido, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE**, tendo em vista que não foi verificada qualquer invalidez de caráter permanente na vítima.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Assim sendo, o expert atestou a debilidade permanente no membro inferior esquerdo no percentual de 50%, todavia, é importante mencionar que o autor não juntou aos autos nenhum documento médico conclusivo que corrobore com a lesão atestada pelo perito.

Em razão da graduação e da ausência de informação, pugna a Ré pela intimação do Perito do juízo para que preste esclarecimentos acerca do elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.



Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que a parte AUTORA/EXEQUENTE, devidamente intimada (ID 46716665), deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 7 de agosto de 2019.

**CAMILLA RODRIGUES MARQUES CARNEIRO**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0094966-88.2018.8.17.2001**

AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se o perito para, no prazo de 15 (quinze) dias, com base no art. 477, §2º, I, do CPC esclarecer os pontos de divergências relatados na petição de ID 47368379.

Após a resposta, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias.

Em seguida, volvam-me conclusos.

Recife, \_\_\_\_ de agosto de 2019.

**Maria Cristina Souza Leão de Castro**

**Juiz de Direito**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO - PERITO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do Despacho de ID 48921170 , conforme segue transcrito abaixo:

*"DESPACHO Vistos, etc. Intime-se o perito para, no prazo de 15 (quinze) dias, com base no art. 477, §2º, I, do CPC esclarecer os pontos de divergências relatados na petição de ID 47368379. Após a resposta, intemem-se as partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, volvam-me conclusos. Recife, \_\_\_\_ de agosto de 2019. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juiz de Direito"*

RECIFE, 13 de agosto de 2019.

**POLIANA DE BRITO LUCENA**  
Diretoria Cível do 1º Grau







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que o perito, devidamente intimado do despacho/decisão de ID 48921170, deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 3 de outubro de 2019.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



Anexo esclarecimentos.



EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO B

PROC.: 0094966-88.2018.8.17.2001

RECLAMANTE: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem apresentar **ESCLARECIMENTOS AO LAUDO PERICIAL** e informar que:

- Para a confecção da conclusão pericial são levados em consideração a história do acidente, documentos acostados aos autos, exame físico realizado durante a perícia e documentos médicos trazidos ao ato médico-pericial. No caso em tela, todos esses elementos foram analisados minuciosamente para a majoração das sequelas.

Dessa forma, reitero os termos do laudo pericial e mantenho o grau de invalidez parcial incompleta em 50% (cinquenta por cento) referente ao ombro esquerdo da vítima confirmado após exame físico minucioso realizado durante o ato médico-pericial.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 07 de outubro de 2019.



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho  
CRM 16.868  
Médico Perito



81 4101.0698



pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do trecho do Despacho de ID 48921170, conforme segue transcrito abaixo:

*"[...]Após a resposta, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 05 (cinco) dias."*

RECIFE, 14 de outubro de 2019.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



## ELABORAR MANIFESTAÇÃO SOBRE DOCS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SECAO B

**Processo:** 00949668820188172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., ratificar os termos d manifestação ao laudo requerendo a improcedência do pedido do autor com fundamento no artigo 487 inciso I do cpc ante a ausência de invalidez permanente.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 31 de outubro de 2019.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR - 01/11/2019 10:31:39  
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110110313948600000052433310>  
Número do documento: 19110110313948600000052433310



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que a parte autora, devidamente intimada do termos do ID 52325411, deixou transcorrer o prazo sem manifestação nos autos. Certifico ainda, que a parte ré se manifestou por meio da petição de ID 53283775. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 12 de novembro de 2019.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0094966-88.2018.8.17.2001**

AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização por debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 31/10/2017.

A demandante afirma que do acidente sofrido resultou invalidez permanente, pugnando, após a realização de perícia, pela condenação da ré no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos da peça vestibular, tendo em vista que na via administrativa seu pedido foi negado.

A demandada apresentou defesa e documentos, pugnando pela improcedência do pleito autoral, ante a ausência de comprovação do grau de invalidez suportado pela autora e a falta de documento essencial para a propositura da demanda.

À ID 46625720, consta o resultado da perícia designada pelo Juízo.

Devidamente intimadas, apenas a ré se manifestou sobre o resultado da perícia.

Retornaram conclusos os autos.

**Relatados. Decido.**

***IN MERITUM CAUSAE***

Quanto a alegação da ré de ausência de laudo do IML, verifico que a autora instruiu a exordial com os dados necessários à comprovação do sinistro, bem como laudos médicos que dão indícios da lesão sofrida.





Apesar de se constituir em um importante elemento para elucidação dos casos relacionados ao Seguro DPVAT, a ausência do laudo expedido pelo IML pode ser suprida pela perícia oficial do TJPE, como tem ocorrido em casos semelhantes, uma vez que cada dia mais se multiplicam os processos relacionados ao tema.

À ID 46625720, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o promovente sofreu uma lesão parcial incompleta no seu ombro esquerdo, representativa de comprometimento de membro traduzido no percentual de 50% (cinquenta por cento).

Uma vez confirmada e quantificada pela perícia médica oficial a lesão sofrida pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, posto que o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes pouco contradiz aquilo que afirmam as partes. Ao contrário, apenas constata a efetiva ocorrência de lesão e fixa o seu percentual, o que não raras vezes é bem inferior àquilo que o acidentado afirma na exordial, de modo que está caracterizada a sua aptidão para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois, quanto ao fato (lesão), o feito está satisfatoriamente instruído.

A utilização da tabela de proporcionalidade para o cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios:

*“Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes”* (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT).

Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas moderada, à base de 50% (cinquenta por cento), o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido tendo em vista essa exata proporção.

Dessa sorte, deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 25% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 50% (cinquenta por cento), totalizando o correspondente ao montante de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do CPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 580 do STJ). Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação.

Em face da sucumbência recíproca, condeno as partes ao rateio das custas processuais e honorários advocatícios, fixando estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado pela tabela da ENCOGE, desde a publicação da presente decisão, **à proporção de 50% para o autor e 50% para a ré.**

Contudo, em razão do deferimento do benefício da assistência jurídica gratuita, suspendo a exigibilidade do pagamento em relação à parte autora, nos termos do art. 98, § 3º do Diploma Processual Civil.

**Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais.**

PRI.



Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo.

Recife, \_\_\_\_ de fevereiro de 2020.

Maria Cristina Souza Leão de Castro

Juíza de Direito Titular





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

#### INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID **57878056**, conforme segue transcrito abaixo:

*" Vistos, etc. ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização por debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 31/10/2017. A demandante afirma que do acidente sofrido resultou invalidez permanente, pugnando, após a realização de perícia, pela condenação da ré no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos da peça vestibular, tendo em vista que na via administrativa seu pedido foi negado. A demandada apresentou defesa e documentos, pugnando pela improcedência do pleito autoral, ante a ausência de comprovação do grau de invalidez suportado pela autora e a falta de documento essencial para a propositura da demanda. À ID 46625720, consta o resultado da perícia designada pelo Juízo. Devidamente intimadas, apenas a ré se manifestou sobre o resultado da perícia. Retornaram conclusos os autos. Relatados. Decido. IN MERITUM CAUSAE Quanto a alegação da ré de ausência de laudo do IML, verifico que a autora instruiu a exordial com os dados necessários à comprovação do sinistro, bem como laudos médicos que dão indícios da lesão sofrida. Apesar de se constituir em um importante elemento para elucidação dos casos relacionados ao Seguro DPVAT, a ausência do laudo expedido pelo IML pode ser suprida pela perícia oficial do TJPE, como tem ocorrido em casos semelhantes, uma vez que cada dia mais se multiplicam os processos relacionados ao tema. À ID 46625720, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o promovente sofreu uma lesão parcial incompleta no seu ombro esquerdo, representativa de comprometimento de membro traduzido no percentual de 50% (cinquenta por cento). Uma vez confirmada e quantificada pela perícia médica oficial a lesão sofrida pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, posto que o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes pouco contradiz aquilo que afirmam as partes. Ao contrário, apenas constata a efetiva ocorrência de lesão e fixa o seu percentual, o que não raras vezes é bem inferior àquilo que o acidentado afirma na exordial, de modo que está caracterizada a sua aptidão para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois, quanto ao fato (lesão), o feito está satisfatoriamente instruído. A utilização da tabela de proporcionalidade para o cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios: "Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes" (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT). Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas moderada, à base de 50%*



*(cinquenta por cento), o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido tendo em vista essa exata proporção. Dessa sorte, deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 25% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 50% (cinquenta por cento), totalizando o correspondente ao montante de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do CPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), corrigidos monetariamente desde a data do evento danoso (súmula 580 do STJ). Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação. Em face da sucumbência recíproca, condeno as partes ao rateio das custas processuais e honorários advocatícios, fixando estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado pela tabela da ENCOGE, desde a publicação da presente decisão, à proporção de 50% para o autor e 50% para a ré. Contudo, em razão do deferimento do benefício da assistência jurídica gratuita, suspendo a exigibilidade do pagamento em relação à parte autora, nos termos do art. 98, § 3º do Diploma Processual Civil. Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais. PRI. Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo. Recife, \_\_\_\_ de fevereiro de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular "*

RECIFE, 13 de fevereiro de 2020.

**ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001

AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06**

**VALOR AUTORIZADO: R\$200,00 (Duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717- OPERAÇÃO 040- CONTA 01729229-0**

Tudo conforme **SENTENÇA** de ID **57878056**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
*"Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais."*

Eu, ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 14 de fevereiro de 2020.

**Brenno Cavalcanti Mariano**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**Maria Cristina Souza Leão de Castro**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjepe.jus.br](http://www.tjepe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0094966-88.2018.8.17.2001  
AUTOR: ELAINE CONCEICAO PESSOA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo o perito para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 57925563, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 17 de fevereiro de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA  
Diretoria Cível do 1º Grau



Alvará impresso.

Grato.

